

ECONOMIA COMPARTILHADA / ECONOMIA SOLIDÁRIA: INTERFACES, CONTINUIDADES, DESCONTINUIDADES

Armando de Melo Lisboa¹

Resumo: O texto discute o fenômeno da Economia Compartilhada na sua interface com o conceito de Economia Solidária e as redes de ecosol que a expressam, buscando aproximar estes campos que, apesar de suas coetâneas trajetórias e óbvias afinidades, aparentemente caminham em paralelo com perspectivas assintóticas. Para tal, problematiza os conceitos de autogestão, solidariedade, infocapitalismo e redes cibernéticas.

Palavras-chave: Economia Compartilhada; Economia Solidária; Autogestão; Infocapitalismo; Solidariedade.

SHARING ECONOMY / SOLIDARITY-BASED ECONOMY: INTERFACES, CONTINUITIES, DISCONTINUITIES

Abstract: The text discusses the phenomenon of Shared Economy in its interface with the concept of Solidarity-based Economy and the networks of “ecosol” that express it, seeking to approximate these fields that, despite their contemporaneous trajectories and obvious affinities, seem to go hand in hand with asymptotic perspectives. To this end, it problematizes the concepts of self-management, solidarity, infocapitalism and cybernetic networks.

Keywords: Shared Economy; Solidarity economy; Self-management; Info-Capitalism; Solidarity.

“A internet não se restringe a uma nova linguagem. Ela está transformando a lógica e as habilidades cognitivas dos seres humanos, impulsionando-nos a fazer o que sempre tivemos de fazer: compartilhar informações em sinal de reciprocidade”
(E. Peborg).

“Yoko: Naquela época nós falávamos de solidariedade, de aldeia global. Hoje a aldeia global está aqui, estamos todos conectados. Naquela época nós éramos uns 200 solidários, mas agora é todo mundo, com exceção de algumas poucas pessoas. Folha: A internet tem a ver com esta conectividade, ou você se refere a um nível mais espiritual? Yoko: A internet é uma forma física de fazer isto, mas espiritualmente estamos conectados. As pessoas estão tomando consciência de que cada um é parte do mesmo corpo” (Yoko Ono, entrevista à Folha de São Paulo, 8.11.2007).

¹ Doutor em Sociologia Econômica pela Universidade Técnica de Lisboa e professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina. Email: amelolisboa@gmail.com.

“É melhor que a propriedade seja privada, mas que o uso seja comum” (Aristóteles).

1 INTRODUÇÃO

“Diferentemente da economia da energia, onde o valor depende da escassez, na economia da informação o valor resulta da abundância que permite dar e receber mais” (J. Attali).

O presente trabalho sintetiza as primeiras percepções de uma investigação em curso sobre o fenômeno da economia compartilhada, em particular em sua expressão brasileira e na sua relação com a economia solidária. Face à economia compartilhada ser um fenômeno recente e ainda não devidamente caracterizado e dimensionado, especialmente aqui no Brasil, e por seu aparente inexpressivo inter-relacionamento com o movimento da economia solidária, é nosso objetivo buscar compreender os desdobramentos socioeconômicos das novas tecnologias informacionais de modo a responder: i) A economia compartilhada desafia os tradicionais modelos de negócios? Em que consiste esta realidade? ii) A economia compartilhada representa uma associação entre mudanças de hábitos de consumo com inovações tecnológicas? É uma nova forma de se relacionar com o consumo? Quais as suas implicações sócio-políticas? iii) Qual a dimensão da economia compartilhada no Brasil? Quais as suas perspectivas? Quais são as novas oportunidades de trabalho que ela aqui gera? Ela já configura um novo campo de inserção na economia? iv) Existem conexões entre a economia solidária e a economia compartilhada? Quais as razões que explicam o distanciamento teórico/operacional entre a economia solidária e a economia compartilhada?

2 A ONDA DO COMPARTILHAMENTO

“Quanto mais advém uma sociedade de custo marginal próximo a zero, se abre um novo modo de organizar a vida econômica com base na abundância que na escassez” (J. Rifkin).

*“Não é o que possuímos, mas o que gozamos, que constitui nossa abundância”
(provérbio árabe).*

“A ortodoxia sobre os direitos de propriedade intelectual se assenta na ideia falaciosa de que as pessoas não inovam nem produzem novos conhecimentos, a menos que daí resulte ganho

peessoa. Contudo, a ganância não é uma realidade fundamental na natureza humana, mas uma tendência dominante nas sociedades que a recompensam” (Vandana Shiva).

A profecia da era da informação enfim se cumpriu. A acessibilidade ao conhecimento é praticamente universal e absoluta, veloz e próxima do gratuito. Ainda que uma grande parte não tenha condições mínimas de vida e moradia, mais de 80% da população mundial é usuária de telefones celulares e aplicativos móveis². Praticamente metade da população do planeta acessa a internet (e 58% destes, quase dois bilhões, participam do *Facebook*, lançado em 2004). Nunca tantos se comunicaram com tantos, sem intermediários, como hoje. De tão popular, “googlar” (ou “dar um google”) é um neologismo que se tornou vulgar para toda humanidade, e de forma tão rápida que os dicionários ainda estão correndo atrás. A empresa “*Google*” (e a própria palavra homônima), surgida há menos de vinte anos, é hoje a marca mais valiosa do mundo e a maior no setor de serviços. É tal a importância do aparato comunicacional e informacional de que dispomos na organização da vida moderna que é usual afirmar que adentramos, finalmente, na “sociedade da informação”, “sociedade em rede”, ou no paradigma societário “informacional”, conceitos já bem sedimentados e consagrados na literatura³. Todavia, se todos dela participamos, nela não estamos todos na mesma condição, pois, como a realidade assimétrica do sistema-mundo permaneceu imutável, há abissais desigualdades nos modos como países e povos geram, se inserem e apropriam da era da informação.

Um dos aspectos mais controversos e desafiantes desta sociedade informacional é a rápida e avassaladora difusão do que está se convencendo chamar de “economia colaborativa” ou “economia compartilhada” (“sharing economy”). Obviamente, isto se deve, em grande parte, a interconectividade fácil e barata propiciada pelos recursos tecnológicos disponíveis, especialmente as novas tecnologias de informação, o que permitiu ultrapassarmos o modo de comunicação unidirecional pela prática interativa de autocomunicação de massa. O compartilhamento por meio das plataformas digitais possibilita melhorias significativas de eficiência na combinação dos fatores de produção, configurando um patamar mais avançado

² E aquela fração da humanidade que não está conectada, não o está mais por uma questão geracional (pois os jovens em sua praticamente totalidade o estão) do que de acessibilidade material aos recursos tecnológicos.

³ A referência mais clássica a respeito destes conceitos encontra-se em Castells (2000), o qual celebrou, atualizou e reconceituou a tradicional categoria de “sociedade pós-industrial”. Um amplo e precursor balanço da sociedade da informação no Brasil, resultado do “Programa Sociedade da Informação” produzido sob os auspícios do Ministério da Ciência e Tecnologia, encontra-se em Takahash (2000).

de funcionamento sistêmico, além de impulsionar movimentos sociais em rede e novas formas do político que surfam na ágora eletrônica.

Este tipo de metabolismo irrompe com a própria *Internet* e sua arquitetura, pois esta já na sua gênese em 1989 foi configurada por Tim Berners-Lee com um design de livre acesso ao seu software de navegação, o padrão *www* (World Wide Web), a rede mundial⁴. Isto permitiu a circulação de dados na rede, de modo que qualquer cidadão com computador, de qualquer parte do planeta, tivesse livre acesso ao mundo virtual. A veloz disseminação da internet amplificou exponencialmente o processo de criatividade interativa presente na cibercultura autogerida que concebia estas novas tecnologias.

Para além dos já universalmente consolidados exemplos da *Wikipédia*, a maior enciclopédia da humanidade (criada em 2001); do sistema operacional não-proprietário *GNU/Linux* (aberto à constante melhoria por qualquer usuário com habilidades de programação, o que o torna muito mais robusto); *Open Education Consortium* (OEC), uma rede mundial composta por mais de 200 instituições de ensino superior que oferecem cursos e materiais didáticos grátis pela internet, difundindo educação aberta a distância⁵; *Whatsapp* (surgido em 2009, é o aplicativo de celular mais popular no mundo, com mais de um bilhão de usuários – no Brasil são 100 milhões); programas de *compartilhamento de bicicleta* (presentes em torno de 1000 cidades); e da *autoprodução de energia* em cada prédio, conectada com o sistema elétrico, transformando a casa/escritório numa microusina, outras, e controversas, expressões desta nova economia de compartilhamento, e também de grande visibilidade pois globais, são o *Uber*⁶ (nasceu em 2009), *Airbnb* (fundada em 2008 e disponibilizando cerca de 3 milhões de acomodações em mais de 65 mil cidades, é a maior rede de hospedagem global sem ter a propriedade de nenhum quarto) e *Zipcar* (surgida em 2000, pioneira no aluguel de veículos por curtas frações de tempo e por meios digitais). Entre as consequências de grande relevância do uso dos aplicativos de compartilhamento, cabe

⁴ Berners-Lee, que recusou inúmeras ofertas comerciais, afirmou: “A Web é mais uma criação social do que técnica. Eu a desenhei para obter um efeito social – ajudar as pessoas a trabalharem juntas – e não como um brinquedo eletrônico. O objetivo final da Web é o de dar suporte e aperfeiçoar nossa existência” (apud. Himanen, 2001: 159).

⁵ Surgiu em 1999 quando o MIT (Massachusetts Institute of Technology) disponibilizou todo o seu conteúdo em para acesso livre e gratuito. A UFSC é membra.

⁶ Disponível em mais de 600 cidades no mundo. No Brasil, “em janeiro de 2016, a empresa estava presente em apenas cinco cidades do país, contava com 10 mil motoristas parceiros e ainda nem havia ultrapassado a marca de um milhão de usuários. Doze meses depois, o Uber opera em mais de 40 cidades brasileiras, já superou a marca de 50 mil motoristas parceiros e registra 8,7 milhões de usuários ativos, que utilizam o serviço oferecido para se locomover”. Disponível em: <<https://goo.gl/uXHPka>>. Acesso em: 19 de junho de 2017.

realçar o seu forte impacto e profunda reconfiguração tanto na mobilidade urbana quanto sobre o transporte de cargas. Aos poucos a presença da prostituição nas ruas, uma das atividades mais antigas da história, mingua e migra para ambientes virtuais, tornando-se menos dependente de cafetões e gigolôs.

Se no mundo empresarial os arranjos cooperativos entre firmas já eram conhecidos desde Marshall no século XIX, a ultrapassagem do fordismo na segunda metade do séc. XX tornou um mantra repetir que o novo modelo tecnológico-organizacional industrial privilegia os relacionamentos entre “redes de empresas” através de “consórcios”, “distritos” e “aglomerações fabris”. Todavia, a atual irrupção da economia do compartilhamento aprofundou este caráter de intercâmbio e aprendizado coletivo, não mais restrito apenas aos aspectos interempresariais, mas agora acentuando também a dimensão intraempresarial (envolvendo trabalhadores, fornecedores e consumidores), como alavancador de inovação e dinamismo econômico, agregando novos formatos e modalidades.

Assim, quatro tipos de “comunidades colaborativas” tornam-se habituais: “coworking” (espaço de trabalho compartilhado); “crowdsourcing” (literalmente, “terceirização da multidão”: mobilização de uma multidão, em geral *on line*, para obtenção de serviços ou resolver problemas)⁷; “cocriação” (envolvimento de clientes e concorrentes no processo de produção) e “crowdfunding” (“financiamento coletivo”, sem a mediação do sistema financeiro – uma espécie de versão renovada do tradicional, e brasileiro, “consórcio”, surgido há mais de sessenta anos). A conjugação destes vetores gera uma nova economia fundada nas redes de colaboração em massa que pode ser adequadamente conceituada como “wikinomia” (de “wiki”, “rápido” em havaiano, radical que se tornou comum para designar aplicativos, websites e o *modus operandi* de trabalhar em equipe do mundo virtual).

Trata-se dum fenômeno que não está restrito ao mundo empresarial mas encontra-se cada vez mais difundido em inúmeras dimensões da vida pessoal e cotidiana, pois também se compartilham espaços verdes, espaços de escritório, ferramentas e utensílios domésticos, garagens, música, vídeos, livros, hospedagem, finanças, e, especialmente, namoros e relacionamentos afetivos. No meio de infinitos exemplos, seja de “bancos de tempo”⁸ ou de aplicativos de caronas, alguns fascinantes e de sucesso absoluto e universal – como o

⁷ O exército de 1,4 milhão de revendedoras da Natura, a maior empresa de cosméticos brasileira, é um exemplo pioneiro (desde 1974), e nacional, desta “nova” prática. A tecnologia moderna permite capitalizar, de forma exponencial, a “profunda natureza social da espécie humana”, esclarece Jeff Howe (2009, p. 12), criador do conceito em 2005.

⁸ Entre tantos, saliento o “Banco do Tempo Florianópolis”: <www.facebook.com/groups/837082279745501/>.

YouTube⁹ – vale destacar quatro casos: a) “*Tem açúcar?*”¹⁰, onde vizinhos emprestam coisas uns aos outros; b) “*Quintal de Trocas*”¹¹, que promove a troca de brinquedos, jogos, roupas, livros e fantasias entre crianças; c) “*Armário coletivo*”¹², que permite o descarte consciente e o reuso de roupas e objetos; d) “*Nem Só de Pão*”¹³, que facilita a doação, circulação e leitura de livros em padarias e cafés. Todos os bens que podem ser adquiridos nestes exemplos destacados são gratuitos.

Feiras de troca, brechós, hortas comunitárias, uso do espaço público como escolas e salas de aula, compartilhamento de produtos de toda a sorte e intercâmbio de serviços – tudo isso sempre existiu! Mas nunca na escala atual e com a dimensão econômica, social e política que ora surgem em torno destes aplicativos. Parece haver uma vontade de mudar o rumo das coisas, que tem a ver com as relações entre excessos e escassez, associadas a um aumento da postura crítica das pessoas e busca de um consumo e modo de vida com maior responsabilidade.

As implicações antropológicas também parecem profundas, pois saímos de um individualismo autista radical e adentramos em uma era em que grande parte das condições materiais e imateriais de que necessitamos advém de relacionamentos interpessoais e institucionais onde a confiança é central e decisiva. Também não é inócuo, mas prenhe de significados e de dramáticas consequências, que a tecnologia central de nossa época, a de comunicação, envolva o elemento central da espécie humana, a comunicação¹⁴.

Esta emergência colaborativa tem uma clara dimensão geracional, pois os mais jovens – a Geração Net –, com mais facilidade no uso de novas tecnologias, mas com menos recursos financeiros, estão mais propensos a abraçar a economia do compartilhamento em comparação

⁹ Surgido em 2005, seus usuários atingiram no final de 2016 a marca de um bilhão de horas diárias assistindo vídeos disponibilizados no site: <www1.folha.uol.com.br/tec/2017/02/1862377-usuarios-passam-1-bilhao-de-horas-por-dia-no-youtube-diz-jornal.shtml>.

¹⁰ Cf. <www.temacucar.com/>.

¹¹ Cf. <www.quintaldetrocas.com.br/>.

¹² Cf. <www.primaveragarden.com.br/armario-coletivo-uma-iniciativa-em-favor-do-descarte-responsavel/>; <g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/05/moradora-de-florianopolis-cria-armario-coletivo-para-doacao-de-roupas.html> e <www.youtube.com/watch?v=caHkZGkYYSg>.

¹³ Cf. <<http://www.grandejornal.com.br/nem-so-de-pao-incentiva-literatura-em-imbituba/>>.

¹⁴ Reproduzindo a antiga polaridade maniqueísta em torno da tecnologia entre tecnófobos e tecnofetichistas, desde os seus primórdios o debate sobre o ciberespaço dividiu-se entre *apocalípticos*, que acentuavam as ameaças catastróficas nele contidas, e *apologéticos*, que se deslumbravam diante do nascimento de um novo e democrático mundo (polaridade construída no GrupCiber, núcleo de pesquisa do Laboratório de Antropologia Social da UFSC – Rifiotis et al., 2010). Paul Virilio (1999) e Pierre Lévy (1996) personificam estas antípodas posições. Após mais de duas décadas de internet, constata-se que a realidade resultante conjugou elementos céticos com otimistas. Nem céu, nem inferno. Permanecemos encarnados na ambígua e indefinível condição humana.

com outros grupos de idade, indicando preferirem “facilidade” e “experiência” do que a “propriedade” de recursos.

Em uma pesquisa do Zipcar, conduzida nos Estados Unidos em 2011, as pessoas de 18 a 34 anos indicaram a maior preferência, 70%, para a utilização de modais alternativos de transporte ao carro de propriedade individual, incluindo transporte público, partilha de automóveis e o *carpooling*. Na Europa, muitos fabricantes de automóveis alemães estão se concentrando na tendência do *carsharing*, na esperança de revitalizar a fórmula antiga e aumentar vendas, com foco especialmente nos clientes jovens¹⁵.

A transformação do consumo da posse para o acesso faz parte das transformações contemporâneas no mundo do consumo. Um novo sistema de valores? Haveria aqui uma convergência com o fenômeno das trocas dos valores materialistas para os pós-materialistas em curso nas sociedades mais abastadas identificado e discutido já há algumas décadas?¹⁶ Ainda é cedo para afirmar que estamos passando de uma sociedade de consumo para uma sociedade colaborativa, mas o advento da onda do compartilhar avivou a controvérsia sobre a possível superação da compulsão de possuir.

É tal a presença do compartilhamento de bens e serviços nas práticas cotidianas que se pode conjecturar se tratar de uma dimensão não apenas pujante no mundo dos negócios, mas também cada vez mais incorporada na cultura e nos hábitos da vida normal dos cidadãos. A internet e o mundo digital transcendem em muito ser apenas uma plataforma econômica, representando cada vez mais um ambiente que, por sua “natural” conectividade, além de também alavancar novas práticas políticas fíncadas nas terras comuns advindas da “ágora virtual”, configura de uma espécie de nova linguagem e um outro sistema cognitivo, e isto não se questiona. Todavia, outros mais entusiastas encontram nela uma nova forma de consciência e percepção da vida¹⁷. Há gerações filósofos sonham com uma tecnologia demiúrgica. No início do século XX

Teilhard de Chardin, e mais tarde McLuhan, pressentiu que a humanidade, através da tecnologia e das redes de comunicação, objetivava um organismo ultra-humano, uma só consciência que une a todos, um sistema nervoso planetário (PARENTE, 1993, p. 18).

¹⁵ Disponível em: <<http://thecityfixbrasil.com/2013/10/15/12637/>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

¹⁶ Cf. Inglehart (1977); Lipovetsky (2007); Rifkin (2001).

¹⁷ Antes mesmo da internet dar seus primeiros passos, mas já profetizando-a, McLuhan afirmou em 1964 numa entrevista: “Essa previsão de uma consciência global induzida eletronicamente não é mais mística do que tecnológica? McLuhan: Sim ...Misticismo é apenas a ciência do amanhã sonhada hoje” (apud BARBROOK, 2009, p. 112).

Em verdade, esta visão exposta acima é problemática, pois incide numa ideologia fetichica que, fascinada pela tecnologia, percebe-a salvificamente, ou seja, como motor da história, como se mudanças tecnológicas causassem revoluções sociais. É comum, diante da internet, se deslumbrar com a mesma, mistificá-la e vê-la como redentora da humanidade. A técnica não é um fator autônomo, esclarece Vieira Pinto (2005). A história é uma luta dos homens, e não das armas. A relação entre a ferramenta e o homem não é linear, muito menos unidirecional: “a mesma casa que edificamos é a casa que nos edifica”¹⁸. Um perspectivismo pós-dualista permite superar os reducionismos maniqueístas do estruturalismo e do subjetivismo que por muito tempo nos cegaram. Fazemos as ferramentas, e estas nos fazem, mas são as escolhas humanas, provindas dos nossos desejos e emoções, o elemento decisivo. Somos arquitetos do nosso próprio destino, não estamos presos passivamente à teia da vida, processo permanente de autocriação da natureza, e dela não somos exceção, mas ativos partícipes. O devir humano é uma constante morfogênese: “desenhamos nosso mundo, e ao fazê-lo, nosso mundo nos desenha”. Ou seja: “o desenho, desenha” (ESCOBAR, 2016, p. 27).

Não são poucos os que antevêm, visionariamente, as possibilidades pós-capitalistas destas emergências. Já em 2000 em “Império”, Hardt e Negri classicamente afirmaram que as atividades imateriais potencializam aspectos cooperativos e emancipatórios na sociabilidade humana. Se uns veem aspectos comunísticos, outros, também otimistas, mas invertendo o sinal, vislumbram os capitalísticos, ou seja, que a natureza das economias compartilhadas engendra não o socialismo, mas o seu contrário: livre iniciativa, mercado eletrônico, empresas ponto com. Para estes, “contribuir com espaços comuns não é altruísmo”, mas a melhor maneira de acelerar a inovação, construir sistemas empresariais dinâmicos e mais eficientes, “obter ganhos para todos” (TAPSCOTT; WILLIAMS, 2007, p. 39). A Wired, principal revista da cibercultura (inaugurada em 1993) com uma editoração gráfica imitadora da estética psicodélica, identificou na internet “a liberdade dos indivíduos dentro do mercado. (...) Longe de transcender o mercado, a internet era sua apoteose” (BARBROOK, 2009, p. 351; 353).

Por outro lado, também abundam os que criticam “o mito da panaceia tecnológica” e o fenômeno da “economia compartilhada”, especialmente quando encarnado pelo Uber, o qual seria apenas um agressivo aplicativo empresarial que visa maximizar lucros. O fato é que, crescentemente, a criação compartilhada de valor é o cerne do metabolismo econômico

¹⁸ Ditado grego clássico, citado por Harvey (2004, p. 210).

contemporâneo, conforme vislumbraram Kelly (1999), Gorz (2005), Benkler (2009) e Porter e Kramer (2011). Como valor é gerado num processo de cocriação, advém uma nova economia possuída da dinâmica das “vantagens colaborativas”, de modo que a difusão dos bens possibilita gerar e capturar o valor que circula nas redes. Não resta dúvida de que as culturas de compartilhamento e remixagem estão no âmago da criatividade da era digital.

De qualquer modo, é inegável que as dinâmicas inovadoras e controversas das novas configurações da emergente “sociedade da informação” em que vivemos estão grávidas de elementos disruptivos cujos efeitos de longo prazo não são totalmente discerníveis, pois, ambigualmente, tanto trazem aparentemente aspectos salutareos e democratizantes que parecem ampliar as liberdades e as possibilidades do desenvolvimento humano (a ágora digital); quanto também carregam, elementos sombrios de controle arbitrário e extração espoliativa de riqueza e valor (o panóptico virtual).

Todavia, as possibilidades de que o capitalismo predatório e extrativo, reproduzidor incessante da “tragédia dos comuns”, esteja sendo superado por uma era em que a confiança e o mutualismo sejam, de forma decisiva, enriquecedores, e não apenas no plano moral, progressivamente são vislumbradas no metabolismo econômico que se descortina. Isto porque ele está cada vez mais imerso na cooperação do manejo dos bens comuns, que ressurgem especialmente no mundo digital (visível na consolidada arquitetura da internet fundada na livre difusão de seu programa servidor por Berners-Lee; e no movimento do *Copyleft*) e ainda subsistem no mundo natural (ver o caso das regulamentações para o enfrentamento das mudanças climáticas), configurando uma “vitória dos comuns”, como demonstram os mais antípodos analistas¹⁹.

Nascida com uma estrutura aberta e gratuita, e desenvolvida colaborativamente, a internet é o espaço da liberdade por excelência. Mais do que dispositivos tecnológicos, estamos diante de uma cultura material moldada num determinado padrão, a liberdade²⁰. O ciberativismo, as redes sociais e blogues multiplicam vozes cada vez mais livres que na net se espalham, impedindo que alguma hierarquia ou corporação possa controlá-la, a ponto de

¹⁹ Axelrod (2006); Bowles (2016); Castells (2015); Fukuyama (1996); Hardt e Negri (2016); Kelly (1999); Ostrom (2003); Rifkin (2010); Sen (2011); Sennett (2012); Unger (2010).

²⁰ Como é sabido, a tecnologia da internet emergiu da interseção entre a contracultura hippie, que ainda se fazia presente nos anos 1970, com a experimentação tecnológica vigente nos câmpus universitários norte-americanos e que construiu o Vale do Silício. Os ideais do amor livre e do compartilhamento das coisas encontraram eco e vingaram na rebelde e juvenil cultura hacker e nas primeiras comunidades virtuais, fontes de valores que moldaram o novo mundo informacional.

Kevin Kelly caracterizá-la como a “maior anarquia operacional em todo o mundo”²¹. Caso arquetípico da cultura de liberdade que vige na internet é a organização *WikiLeaks*, que publica informações confidenciais de governos e empresas advindas de fontes anônimas, mas de interesse público, e que protagonizou episódio que afetou a política mundial ao fazer a maior revelação de mensagens diplomáticas e militares norte-americanas da história²². A internet oportuniza que os contrapoderes dos cidadãos se fortaleçam diante dos seus representantes políticos e dos poderes estabelecidos, arremata Castells (2013; 2015). “Juntos podemos”, é a mensagem.

Mais. A economia do compartilhamento pelas redes demonstra exaustivamente que as vantagens da cooperação não estão restritas aos *commons* e ao imaterial. Mesmo bens físicos e rivais, aqueles em que o seu usufruto reduz ou exclui a sua disponibilidade para terceiros, não se comportam como “rivais” se transcendermos o *modus proprietário* de usufruí-lo e passarmos a compartilhá-los. E isto é absolutamente transcendental em termos microeconômicos e societários, pois a escassez – e o Outro – deixa de ser um aguilhão a nos atemorizar e cegar. Os novos modelos de negócios de compartilhamento estão, literalmente, a revolucionar, em particular, o core da microeconomia, a empresa.

E também a macroeconomia. A revolução informacional inaugura um mundo cada vez mais modular, baseada em avanços moleculares, que não se difunde mais hierarquicamente a partir de um centro, de grandes investimentos produtivos, como pedras jogadas n’água, mas assemelha-se a um pluriverso policêntrico onde a dinâmica da água depende da potência das incontáveis gotas de chuva formando incontáveis ondulações, ou seja, da qualidade de cada usuário em saber usar as novas tecnologias, interagindo e formando criativas redes. A inteligência socialmente distribuída é hoje o fator mais decisivo para o desenvolvimento de qualquer sociedade. Se investimento há que ser feito, é em educação massiva e de qualidade, do pré-primário aos níveis superiores.

A corrosão paulatina do conceito de propriedade, que até a pouco era considerado um esteio inviolável da sociedade capitalista, dá-se no bojo de um processo que, superando a ideia de que “sem propriedade não há inovação”, consagra como superior e mais inteligente a

²¹ Apud PEBORGH, 2013, p. 105.

²² Seu fundador e principal porta-voz, Julian Assange, está desde 2012 refugiado na Embaixada do Equador em Londres. Os ataques para controlar a internet livre por parte dos Estados e corporações são incansáveis e ferozes, mas a insurreição generalizada da multidão que luta por seu “direito de comunicar qualquer coisa, a qualquer tempo, a qualquer um, como o sinal mais típico da humanidade livre” (CASTELLS, 2015, p. 31) continua a desafiar os poderes e instituições da ordem obsoleta de um mundo de monopólios e de baixa eficiência, e a construir autonomamente a abundância nas terras comuns das redes de comunicação.

dinâmica colaborativa, pois esta não apenas permite um melhor uso dos recursos já existentes (muitas vezes subutilizados), como revela-se mais produtiva e eficaz²³. A resultante é que, no mínimo, com o acesso compartilhado, em detrimento da propriedade pura e simples, o capitalismo está a se reinventar, como infocapitalismo (capitalismo ponto com), em direção a um novo paradigma de criação/apropriação de riqueza e valor. Entre tantos que já o avistam, vale mencionar Abramovay, Mason, Boutang e Marjorie Kelly, todos vinculados a tradições diferenciadas e até opostas. A etapa do confronto, em torno do cercamento das novas terras comuns, aos poucos vai ficando para trás, pois o mundo dos bens comuns se impõe por ser condição de possibilidade de um capitalismo muito mais dinâmico, esclarece Barbrook.

Nem tudo é idílico. Novas tecnologias abrem novos horizontes, novos dilemas. Apesar do seu potencial democrático e como vetor de riqueza compartilhada (grávida de baixos custos de transação, são menores as barreiras de inserção autônoma nos mercados), também se impõem como resultantes: um maior grau de fragilização pessoal/familiar pela dificuldade de acessar os sistemas de seguridade social, em geral formatados para a proteção do assalariado²⁴; sobrecarga sensorial²⁵; espionagem e invasão de privacidade, há muito desaparecida²⁶; rápida formação de fortunas desmesuradas, estabelecimento de monopólios e ampliação das desigualdades²⁷. Está em curso um rearranjo de colossais proporções na organização econômica e política como um todo, agudizando tensões que transcendem

²³ Compartilhar conhecimento, âmago da filosofia do movimento do compartilhamento, tem o “potencial de acelerar dramaticamente a taxa de descobertas no campo da ciência” (PEBORGH, 2013, p. 108). Aos poucos, restrições de propriedade intelectual vão ficando anacrônicas, a ponto de se vislumbrar o fim das mesmas. A Tesla, empresa situada no Vale do Silício e mais conhecida por fabricar veículos elétricos, liberou em 2014 a propriedade intelectual de seus produtos para estimular o desenvolvimento de carros elétricos. Outras empresas vêm seguindo este caminho. Seu principal proprietário, Elon Musk, então afirmou: “A liderança tecnológica não é definida por patentes e a história mostrou repetidamente que elas oferecem pouca proteção contra competidores. Na verdade, é sobre a habilidade de uma companhia de atrair e motivar os engenheiros mais talentosos do mundo. Acreditamos que ao aplicar a filosofia *open source* para nossas patentes, vamos reforçar em vez de diminuir a posição da Tesla nesse sentido”. Recentemente, ela se tornou a mais valiosa empresa de veículos de todo mundo.

²⁴ Algumas novidades econômicas agudizam a precarização dos trabalhadores, fazendo surgir o cognitariado, a face invisível da classe criativa. Sendo tudo tão recente, estão em aberto e em construção os aspectos regulatórios, gerando uma espécie de vácuo legal que torna ainda mais fragilizada a situação de muitos que se inserem nestas plataformas. O aperfeiçoamento das novas relações de produção – horizontais, descentralizadas e híbridas (fundem o público com o privado) – tornando-as compatíveis com os novos e imensos potenciais produtivos, é possível e é a tarefa mais urgente.

²⁵ Nicholas Carr (2011) proporciona um excelente ensaio sobre o impacto advindo da internet sobre nossas capacidades cognitivas e éticas. Do mesmo modo, Han (2015) demonstra como o desempenho excessivo exigido de cada um como “empresário de si mesmo” está gerando não apenas uma acentuada autoexploração, mas também um cansaço profundo e graves patologias neuronais.

²⁶ O caso Edward Snowden é revelador das ameaças às liberdades advindo do extremo monitoramento e vigilância possibilitado pelas novas tecnologias informacionais a que estamos todos submetidos.

²⁷ Como demonstrado na já clássica obra de Piketty (2014).

disputas entre os poderes estabelecidos e os contrapoderes das redes digitais emergentes, pois nestas gigantes também já estabeleceram, e cujo desenlace poderá reprimir os benefícios que a cultura humana obteria destas dinâmicas colaborativas. A bem da verdade, estamos ainda numa etapa inicial de uma incógnita e profunda transição, aprendendo a desenhar as novas formas deste novo mundo conectado.

No âmago das controvérsias (e cegueiras) ideológicas e ontológicas em jogo, aflora uma grande polêmica conceitual para a compreensão deste fenômeno. As inúmeras categorias surgidas para enquadrar e explicar esta explosão de novos modelos de negócios dificulta a própria compreensão do mesmo: “wikinomia”; “P2P” (economia par-a-par); “híbrida”; “compartilhada”; “colaborativa”; “Peers Inc.”; “mesh”; “criativa”; “dádiva”; “social”; “capitalismo cognitivo”; “infocapitalismo”, são alguns dos novos rótulos que retratam estas novas realidades. São muitas vezes utilizados como sinônimos, como se tivessem o mesmo sentido, o que nem sempre é verdadeiro. Como ensina a semiótica, não se trata duma disputa pueril, pois na sociedade informacional o *divide et impera* converte-se cada vez mais em “define e te apoderarás” (LORDE, 1988, p. 92).

3 A (DIFÍCIL) INTERFACE COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA

"Seria genial se houvesse uma operação cerebral para tornar todo mundo idealista, militante e honesto. Infelizmente não a inventaram ainda" (Paul Singer).

Vale destacar que este fervilhar conceitual não apenas não faz nenhuma conexão com o conceito/movimento da “economia solidária”, como também, aparentemente, o eclipsou e invisibilizou ainda mais, e até o reconfigurou. Na arguta avaliação de Zanatta, a universidade brasileira, que produziu um fascinante conjunto de estudos sobre “economia solidária” e “cooperativismo” no passado, parece ignorar o mundo da tecnologia e as disputas sobre o significado das “economias do compartilhamento”²⁸.

Apesar de estarmos “assistindo à ascensão espontânea de produção cooperativa” (MASON, 2017, p. 17), mediadas pelas redes computacionais, há um profundo descaso por parte do movimento da economia solidária para com este fenômeno, e vice-versa. Como é sabido, o que comumente se denomina de economia solidária identifica modelos que vão além de simples empreendimentos econômicos, pois buscam novas formas de convivência coletiva geradoras de trabalho e renda a partir de relações de mutualidade e de reciprocidade, apoiadas

²⁸ Cf. <<http://outraspalavras.net/posts/para-subverter-o-capitalismo-de-compartilhamento/>>.

na solidariedade e na equidade²⁹. Portanto, em face de evidentes afinidades, era de se esperar que o fenômeno da economia compartilhada cruzasse, fertilizasse e potencializasse ampla e significativamente o movimento da economia solidária. Todavia, isto não tem ocorrido.

Em verdade, a reflexão e as redes da economia solidária (*ecosol*)³⁰ não se abriram para esta dimensão das plataformas colaborativas entre pares, pelo contrário, mesmo com as óbvias implicações solidarísticas destas, e das advertências de alguns dos seus interlocutores para que a *ecosol* a incorporasse e não ficasse acantonada no gueto da economia popular autogestionária. O que impede a interconexão da *ecosol* com os fantásticos potenciais solidarísticos da P2P decorre de um bloqueio conceitual e ideológico que torna a *ecosol* autista e indiferente aos mesmos.

A formatação conceitual, ideológica e pragmática (política pública) da *ecosol* brasileira (e latino-americana) advinda da SENAES/FBES³¹ é centrada na identidade entre *ecosol* e autogestão em uma perspectiva anticapitalista. A autogestão existe quando há interação direta dentro de um coletivo suprafamiliar composto por três ou mais trabalhadores, os quais, participativamente, determinam e conduzem a empresa da qual são coproprietários³². Pressupõe-se a existência de um ambiente de sociabilidade assembleístico, profundamente democrático e presencial, dotado de uma clara identidade organizacional. Aqui se exige relações de proximidade face-a-face, gerando uma “solidariedade de proximidade” que maximiza a experiência humana.

²⁹ Em geral a economia solidária confunde-se tanto com as iniciativas de pessoas pobres e/ou excluídas que se associam para se reinserir economicamente, que é usual também denomina-la como “*economia popular solidária*”. Um panorama amplo e recente sobre a economia solidária no mundo encontra-se em Utting (2015). Em Coraggio (2016) faz-se um balanço latino-americano, sob o amplo olhar dos movimentos sociais na região.

³⁰ Vamos usar a forma abreviada “*ecosol*” apenas para identificar o movimento da economia solidária tal como ele se organiza e apresenta, incluindo a reflexão que nasce a partir do mesmo. Já a expressão “*economia solidária*”, utilizaremos para denominar a ideia abstrata da solidariedade econômica. Como veremos, esta distinção ajudará a elucidar e avaliar o lugar da *ecosol* dentro da economia solidária.

³¹ Em 2003 surgem no Brasil simultânea e conjugadamente tanto o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) quanto a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e dirigido até o seu encerramento em 2016 (já no governo Temer) pelo prof. Paul Singer. Enquanto a SENAES tinha por missão institucional formular e coordenar a política pública federal relativa à *ecosol*, o FBES congrega politicamente todas as organizações sociais que se identificam com este campo, desdobrando-se em mais de uma centena de Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo mais de mil empreendimentos, além de centenas de entidades de assessoria, governos estaduais e municipais.

³² Isto exclui automaticamente os artesãos (inclusive os cibernéticos), artistas e trabalhadores que se inserem autonomamente no processo produtivo, ou seja, o setor que mais cresce no mundo do trabalho. Ainda que possam ser pessoas que atuem politicamente conforme princípios democráticos e ecológicos, e inclusive até compartilhar solidaria e politicamente parte de sua renda com sua comunidade, por agirem solo e não fazerem parte de uma mutualidade eles não são considerados, pela ótica predominante na *ecosol*, como parte do campo da *ecosol*.

Ora, a economia compartilhada se estrutura em “plataformas”, isto é, em ambientes tecnológicos que, ainda que possam ser interativos, são dotados de formas de inteligência artificial, algorítmica, conectando pessoas e organizações, especialmente uma pessoa com o sistema técnico, ou mesmo à outra pessoa, formando redes que comumente transcendem o âmbito interno de uma única empresa. Não há nelas, necessariamente, um ambiente marcado pela proximidade e forte pertença e comunhão (ou mesmo rancores, ressentimentos e amarguras tão comuns, infelizmente, na convivência), muito menos se exige que seus grupos se materializem espacialmente através de encontros presenciais e em tempo real.

As plataformas estabelecem modelos de negócios que intermediam as capacidades excedentes de bens e serviços que pessoas e pequenas empresas, de forma distribuída (não concentrada espacialmente) – inclusive fora do âmbito de sua organização – oferecem para pessoas que procuram por aqueles bens e serviços. Como não se exige lealdade, pode-se interagir simultaneamente com várias plataformas, e eleger a que oferece a melhor remuneração, mitigando o poder de agressividade daquela que for dominante. Havendo várias opções de geração de renda, a eventual perda de uma destas fontes não deixa as pessoas tão vulneráveis como ocorre quando subitamente se fica desempregado. O indivíduo interligado possui múltiplas personalidades, inclusive econômicas.

Em muitos casos os compartilhamentos prescindem da relação pessoa-a-pessoa, como nos casos do “Armário Coletivo” e “Nem só de pão” já exemplificados. Todavia, participar deles não decorre de um comportamento maquínico desprovido de humanidade, mas indica elevado senso de responsabilidade ética e compromisso social. E aqui não há nenhum paradoxo, anomalia ou incompletude moral. O fato de não haver relações interpessoais diretas não apequena nem faz um gesto ser indiferente e demeritório ao âmbito solidário. Pelo contrário. Em verdade, o âmago da genuína solidariedade está na ação moral desinteressada, e esta é necessariamente solitária: não se expressa em praça pública, nem exige a aprovação externa, o que tornaria o ato interessado. “A via da ação moral é solitária, e nós a tomamos porque a felicidade dos outros faz a nossa, e não porque ela aumenta nossa celebridade”, adverte Todorov (2002, p. 232). Já os atos políticos se expõem no espaço público e são julgados “por seus resultados, não pelas motivações de seus agentes”, esclarece ainda Todorov³³.

O mundo cibernético permite, impulsiona e difunde a atitude “faça-você-mesm@”, potencializando que indivíduos isolados se intercomunicando em massa e autonomamente

³³ Ibid.

tornem-se uma nova e poderosa força econômico-política. Ator emblemático do mesmo, os hackers, considerados por Gorz (2005, p. 63) como os novos “dissidentes do capitalismo digital”, são portadores da ética libertária³⁴ de esforço coletivo e investigação aberta que combina paixão com liberdade. A cultura hacker, ao gerar o “espírito do informacionalismo” (Castells), criou a mentalidade da era atual. Eles

não se portam como classe. Em certo sentido, atuam como uma multidão conectada, mas suas qualidades partem do individualismo. Um individualismo colaborativo e solidário (SILVEIRA, 2012, p. 290).

Marcado por uma forte individuação³⁵ e pela minimização do elemento humano (“custo emocional baixo”), a clara simbiose com máquinas (especialmente o smartphone inventado há apenas uma década), potencializando exponencialmente as capacidades humanas, levou Edgar Morin (2013, p. 208) a vislumbrar que “a internet assemelha-se a um gigantesco sistema neurocerebral que combina máquinas e seres humanos”.

Os algoritmos que gerenciam as redes levam a formação de bolhas: ao filtrarem as notícias que seus membros recebem, de modo a receber mais daquilo que confirma suas crenças e gostos, incute-se no cidadão a impressão de que todos pensam como ele, evitando o confronto com opiniões outras. A cultura do individualismo conectado e das redes sociais *on line* gera uma sociedade “Eu-centrada” muito próxima do autismo eletrônico onde a sociabilidade é reconstruída seletivamente, formando redes ego-centradas que são formas de encapsulamentos homogêneos e dogmáticos, pois apenas se interage com quem comunga de seus valores e projetos. Face aos frágeis e voláteis vínculos, o tipo de “comunidade virtual” aqui gerado, onde é fácil entrar e fácil sair, assemelha-se a uma “comunhão de singularidades pintada numa natureza-morta holandesa” (HAN, 2015, p. 75)³⁶.

³⁴ Sua ética da rede “é definida pelos valores da atividade e do cuidar. Atividade, nesse contexto, envolve a completa liberdade de expressão em ação, privacidade para proteger a criação de um estilo de vida individual, e desprezo pela passividade frente à procura pela paixão individual. Cuidar significa aqui a preocupação com o próximo como um fim em si mesmo” (HIMANEN, 2001, p. 126).

³⁵ Para Castells (2013, p. 169), a emergência das redes sociais gera “um novo conjunto de valores definidos como individuação e autonomia [...]. Individuação é a tendência cultural que enfatiza os projetos do indivíduo como supremo princípio orientador de seu comportamento. Individuação não é individualismo, pois o projeto do indivíduo pode ser adaptado à ação coletiva e a ideais comuns”. Um exemplo arquetípico é o de Linus Torvalds, que com 22 anos, em 1991, criou o Linux (principal sistema operacional rodando nos computadores de todo mundo, com código fonte aberto), cujo nome é uma variante pouco humilde do seu próprio.

³⁶ O atual sentido de “comunidade” no mundo dos negócios, e não só, talvez seja captado por esta sentença de Akerlof e Shiller (2016, p. 149), prêmios nobéis de economia: “Não exigimos uma ‘comunidade absoluta’ conforme o socialismo, visto que isso age contra o incentivo da ação econômica. Diríamos que deve haver uma comunidade moral, e, dentro dela, um livre mercado de ação individual”.

A Wikipédia e o Linux – ícones máximos, pois definidores dos padrões metabólicos da nova economia, das dinâmicas colaborativas e abertas geradoras de altíssima criatividade – aglutinam dezenas de milhares cooperadores não remunerados em atividades relativamente difusas e livremente associadas. A gestão destes processos (*peering*, colaboração em massa por rede) é um híbrido tanto entre ferramenta e comunidade, quanto entre hierarquia e auto-organização. Por um lado, eles são possíveis através de softwares wikis que permitem a conexão direta, sem intermediários, entre computadores, integrando múltiplos usuários num trabalho coletivo. Grande parte das interações não se estabelecem entre indivíduos, mas entre cada colaborador e a plataforma. A comunidade advinda e moldada por estes softs, por sua vez, como visto acima, assemelha-se a um enxame ou nuvem composta por ciosas individualidades cujas motivações não são pecuniárias ou exclusivamente egóticas (as contribuições pessoais não são assinadas), mas tampouco são puramente altruístas (não existe dádiva desinteressada). Por outro, atrás do aparente igualitarismo, algumas pessoas (os mais ativos e com maior experiência) tem nestas redes mais autoridade que outras. Na ponta final, seus fundadores, em última instância, tem o direito de tomar e implementar decisões que considerem de crucial importância. Ou seja, estas organizações operam simultaneamente como democracia, aristocracia e monarquia.

Assim, não é tão curioso constatar que a realidade da economia colaborativa é que ela tenha pouco de colaborativa (pelo menos conforme o velho entendimento de colaboração), como observa Chase (2015, p. 252), pioneira da Zipcar, pois

a plataforma é que se encarrega de toda a coordenação para que nenhuma pessoa sozinha tenha de fazer isso. Aí se encontra a beleza dessas plataformas: o nosso trabalho simultâneo e assíncrono produz resultados extremamente colaborativos.

Mas é nítido que a economia compartilhada gerada pelo mundo cibernético, por ser uma forma de produção social, por gerar a abundância, recriar e restabelecer um sentido de bem comum, pode ser enquadrada naquela espécie de “economia substantiva” definida por Polanyi (1977), incrustada na sociedade. Ou seja, trata-se de uma outra economia muito diferenciada da estritamente economicista e mercantilista que, por fazer da escassez seu eixo de análise, apenas a compreende e reproduz. Por isto que Dowbor (2016, p. 35) não hesita em avaliar, incisivamente, que “a visão colaborativa é uma visão inteligente”, pois passar da posse para o uso e resgatar o “controle do uso das nossas próprias poupanças no universo de intermediação financeira” gera uma economia material e abre “caminhos de construção de novas relações de produção que fazem sentido”.

O fato de a economia compartilhada emergir a partir de uma conectividade inédita (veloz, barata e de longo alcance) na história humana – pela primeira vez na história muitos se comunicam com muitos, em tempo real, e a partir desta base comunal interagem economicamente e constroem, com esta potencia da multidão, uma riqueza comum – indica que novos metabolismos econômicos da "terceira revolução industrial" podem estar a impulsionar um elemento ético despossuído da máxima avidez e a reincrustar a economia no social, frutificando assim formas econômicas solidárias.

Portanto, o movimento do compartilhamento desnuda que a autogestão (isto é, trabalhadores associados) não tem um vínculo constitutivo, generativo e visceral com a economia solidária, permitindo-nos visualizar o sentido mais profundo da mesma. Em nosso entendimento, o que caracteriza a economia solidária não é possuir uma forma de (auto) gestão, nem ser um outro modo de produção em luta com o capitalismo, muito menos uma ferramenta para a construção do socialismo. Conforme sua raiz conceitual, ela é, simplesmente, a afirmação da centralidade da ética (solidária) dentro da economia contemporânea, indicando, na linha polanyiana, uma economia incrustada na sociedade liberta da lógica da máxima valorização do valor (D-M-D'), pois comprometida com a reprodução da vida no seu entorno.

Ressalve-se que o princípio da governança democrática pode até ser uma característica eventual da economia solidária, mas nunca um dos seus princípios definidores, nem, muito menos, seu traço fundamental. Autogestão não é condição necessária nem suficiente para tornar um empreendimento imune à lógica predatória e extrativa, de rapina, voltada apenas para a rápida maximização dos lucros, como já demonstramos em outra ocasião (LISBOA, 2005). Um ditado já corriqueiro afirma que “quando uma cooperativa não dá certo, fecha, mas quando dá certo vira uma empresa capitalista”...

Não são apenas as experiências de economia compartilhada, mas também as “empresas sociais”³⁷, de “economia de comunhão”³⁸, “fundos éticos de investimento”, “agricultura familiar” (e todas as formas de trabalho doméstico), algumas das práticas de “comércio justo” e “microcrédito” que não podem ser explicadas pela equação “anticapitalista”, nem estão prisioneiras do conceito de autogestão, pois este simplesmente não se aplica às mesmas... mas nelas se expressam elementos de solidariedade dentro do

³⁷ Sobre as empresas sociais, a referência clássica é Yunus (2008).

³⁸ Trata-se de uma rede de empresas (no Brasil são mais de 170) cujos empresários cristãos compartilham o lucro conforme uma orientação social. Cf. <www.edc-online.org/br/>.

metabolismo econômico, especialmente por serem modelos de negócios que, mesmo quando precisam gerar lucros, são guiados por um propósito social e não o da máxima rentabilidade.

Todavia elas não são reconhecidas como sujeitos de uma outra economia pela ecosol³⁹. Esta ausência de percepção, valoração, e conseqüentemente de acolhimento pela corrente hegemônica da ecosol deve-se a que, paradoxalmente, para a ecosol o elemento ético solidário é secundário, pois sua ênfase está em buscar a superação do capitalismo através da autogestão, entendida enquanto ação coletiva. Em termos doutrinários, a ecosol, portanto, reduz-se a ser uma questão de modo de gestão onde ressoa ainda uma perspectiva ideológica revolucionária. O que chamamos ecosol, em verdade, deveria denominar-se “economia socialista autogestionária” (ou simplesmente “autogestão”), a qual seria uma identidade mais justa e precisa para o que se apresenta concretamente. Ao nosso ver, a ecosol traduz apenas uma declinação, uma variante da ideia da economia solidária.

Infelizmente a visão de uma “economia solidária”, comprometida com a vida, com o seu entorno – que hoje brota ampla e ressonante por todos os lados, impulsionada por pessoas economicamente responsáveis que surfam nas novas possibilidades de reprodução metabólicas da economia – foi, heurísticamente, capturada, restrita e desbastada pela perspectiva do socialismo autogestionário. A vitória da militância autogestionária antiestalinista, que se reciclou e renovou conquistando o conceito de economia solidária, foi, na prática, uma vitória de pirro, pois a privou de um terreno comum de identificação com os libertários do mundo virtual, levando-a a distanciar-se do fantasma que assusta o capitalismo hoje e que advém de dinâmicas cibernéticas solidárias que recriam o comum, mas que não praticam e não se confundem com a ideia de autogestão. Esta pode até ser uma forma de economia solidária, mas não expressa toda ela. Diminuí-la à autogestão é castrar as pujantes possibilidades encarnadas no conceito “economia solidária”.

A narrativa dominante dentro da ecosol tem marginalizado (proscrito...) a abordagem ética. Apenas uma anacrônica cegueira ideológica explica o paradoxo de que a ecosol, mesmo conceitual formalmente permeada por um valor ético (explícito no adjetivo “solidária”), ter produzido uma axiomática e uma articulação política que, de forma quase uníssona, ignora ou

³⁹ O mesmo ocorre com as tradicionais e relevantes cooperativas, em geral vinculadas ao sistema OCB/ACI (Organização das Cooperativas Brasileiras/Aliança Cooperativista Internacional). Por não explicitarem uma ideologia de esquerda, e não perfilarem, portanto, no campo dos movimentos sociais que historicamente lutam contra o capitalismo, elas não são consideradas partícipes do movimento da ecosol, sendo até combatidas como adversárias ou inimigas, uma vez que “se alinham com os opressores” (SINGER; SCHIOCHET, 2016, p. 99). A ecosol, portanto, presunçosamente diferencia o cooperativismo autêntico (as cooperativas vinculadas a ela própria) do inautêntico (as demais cooperativas).

desqualifica esta dimensão. Tal como no marxismo clássico, seus teóricos e militantes dedicam-se a realçar as clivagens e diferenças para com o capitalismo e o mercado, visando, ao final, a sua destruição pela força, ficando cegos para as permanentes mutações dentro do capitalismo e do mercado que fazem brotar inúmeras modalidades destes e os catapultam para além de sua forma inóspita e economicida. Quando entendemos que os mercados são uma construção social que atua como motor do progresso econômico (o que não significa ignorar o papel de outras instituições, como o Estado), e percebemos o capitalismo como processo, como devir – pois, como tudo que existe, ele está em constante transformação – poderemos influenciar a sua cotidiana reinvenção, uma vez que neles estamos inseridos.

Sem dúvida que o “cooperativismo de plataforma”, como propõe Scholz (2016), é uma grande possibilidade para o desenvolvimento de empreendimentos de economia solidária: “uma economia do compartilhamento genuína, uma economia solidária” advirá do cooperativismo de plataforma⁴⁰. O provável surgimento dele levará ao rompimento da estreita e errática concepção que limitou a ecosol à autogestão grupal e presencial, reduzindo-a apenas as atividades que os mais pobres fazem coletivamente nas franjas do sistema para sobreviver, deformação que, em verdade, apenas empobrece, corrompe e invalida o conceito de economia solidária, além confirmar os críticos, inclusive marxistas, que a denunciam como instrumento de manipulação e controle dos empobrecidos, uma espécie de “sopão para os pobres”⁴¹.

⁴⁰ Ibid, 90.

⁴¹ Os 13 anos de atuação conjunta SENAES/FBES permitem-nos auferir se o sonho da ecosol centrada na ideia de autogestão anticapitalista se realizou, se foi traído, ou se era um sonho errado e castrador do potencial da economia solidária no mundo contemporâneo. Em que pese as dezenas de Incubadoras de Cooperativas e os significativos aportes de recursos públicos, infelizmente não são muitas as cooperativas que de fato emergem. A alardeada ecosol emancipadora não se visibiliza. A pulsação da ecosol brasileira (e latino-americana) se mede anualmente na Feira de Santa Maria. A de julho/2015, última da qual participei, foi deveras frustrante. Nela se constata que a ecosol não avança de patamar, pelo contrário. Espalhados pela Feira, vários imigrantes africanos/haitianos vendiam bijuterias/celulares/relógios semelhantes aos contrabandeados que ambulantes oferecem nas ruas. Deprimente. Sintomático é o encerramento tanto da principal entidade articuladora das empresas de autogestão da ecosol, a ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão (a menina dos olhos de Paul Singer), quanto da histórica Usina Catende, destacados ícones da ecosol brasileira. Se a rede de empresas de autogestão é incapaz de se autogerir e entra em falência, então este rei está mais que nu... Os pífios resultados demonstram quanto esta visão restringiu e limitou as possibilidades de desenvolvimento do campo da economia solidária, pois inadequada ao potencial colaborativo e solidário advindo do novo metabolismo econômico que irrompe com a terceira revolução industrial. O aquecimento da economia brasileira na primeira década do sec. XXI foi apontado por alguns como razão para a recente desmobilização dos empreendimentos da ecosol. Este tipo de explicação enquadra a ecosol apenas como elemento periférico e complementar da economia moderna-capitalista. Aqui a ecosol fica completamente castrada e sem nenhum "potencial emancipatório", como insiste a literatura e os arautos hegemônicos da mesma. Atuando também na América Latina, a SENAES e o FBES apoiaram o governo da Venezuela na promoção da ecosol como um dos principais eixos do projeto econômico bolivariano. Conforme o pesquisador venezuelano Oscar Bastidas-Delgado (2015), disto resultou um desastre completo, produzindo apenas o “maior cemitério de cooperativas da história”. Isto é impressionante, ainda mais considerando que a política da ecosol na Venezuela vem sendo impulsionada por mais de um ministério, além da parceria com a SENAES/FBES. Nem tudo são lágrimas por lá:

Todavia, não se pode depreciar os logros alcançados pela ecosol brasileira, os quais podem ser modestos quando perfilados diante da economia brasileira⁴², mas são relevantes, vitais e extremamente significativos para aqueles que o conquistaram, pois permitiram amplas camadas de excluídos não apenas sobreviverem, mas também voltarem a se (re)inserir com dignidade dentro da sociedade. Os bancos comunitários populares, as inúmeras cooperativas de catadores e recicladores, de pequenos camponeses, de populações quilombolas, as empresas falidas recuperadas pelos ex-empregados, as entidades de reinserção laboral dos egressos do sistema penitenciário e dos que sofrem de transtorno mental, são preciosas e falam por si mesmas, gerando um tremendo e indispensável valor social para todos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Imitação não é subserviência – é inspiração e cooperação. Remixar, samplear e citar são ferramentas do trabalho coletivo na economia da dádiva de alta tecnologia” (Barbrook).

Concomitante aos primeiros passos da internet, o conceito e o movimento da economia solidária despontaram há três décadas no meio popular de Abya Yala⁴³ como parte do seu processo de descolonização, ressignificando as experiências de “economia popular” ao permiti-las deixarem de ser vistas meramente como “estratégias de sobrevivência”. Naquele momento, a recategorização daquelas atividades de caráter comunitário-popular fê-las transcender sua condição e ganhar uma amplitude e ressonância renovadoras e inspiradoras para a construção de alternativas para as amplas maiorias que viviam – e ainda vivem – no marginal setor informal. Naqueles instantes primordiais, a categoria economia solidária ainda não estava vinculada a de autogestão.

É evidente que a Ameríndia tem muito a aportar ao movimento global de emancipação e aperfeiçoamento humano, especialmente no que tange a sua perspectiva ontológica não

a rede de cooperativas Cecoseola (Central Cooperativa de Servicios Sociales de Lara) se destaca e garante a produção de alimentos num país que os importa. Com mais de 20 mil associados e composta por 85 cooperativas e associações civis, surgiu no estado de Lara ainda nos anos 1960 pelas mãos de um trabalho com comunidades eclesiais, e não a partir do Estado.

⁴² Não cabe aqui fazer um meticuloso balanço da ecosol. Registro apenas que os resultados do segundo “censo” sobre a mesma (realizado entre 2010 e 2013) estimaram sua magnitude ao redor de 20 mil empreendimentos, com 1,423 milhões pessoas associadas. Mas os mesmos não revelam o faturamento de todo o conjunto, pois, provavelmente, pouco significativo, uma vez que “a grande maioria dos empreendimentos é informal e muito pobre”, anotam Paul Singer e Valmor Schiochet, ex-dirigentes da Senaes (2016, p. 99). Uma avaliação encontra-se em Silva (2017).

⁴³ Abya Yala é a denominação do povo Kuna para a América. Sobre o significado atual desta expressão ver Lisboa (2014).

dualista e de reconexão da sociedade com o planeta. Todavia, o ponto aqui é que, mesmo agregando as interfaces que as redes de ecosol perfazem com o movimento agroecológico, com as organizações indígenas, camponesas e dos movimentos negro e feminista, isto tudo não é apenas insuficiente para alcançar a almejada sociedade pós-capitalista. Não podemos aceitar que o destino dos povos do Sul seja periférico, fique confinado aos setores de baixa produtividade, àquilo que é residual na economia moderna e de pequeno valor agregado e ordinário nível tecnológico, intenso em trabalho e extremamente localizado.

É inquietantemente míope e anacrônico restringir a solidariedade econômica aos nichos formados por coletivos a produzir bens de corte comunitário-tradicional e advindos da biodiversidade. Para que a preciosa contribuição dos povos afro-ameríndios não se deprecie como um pachamanismo fundamentalista e ludita, é primário perceber que os bens comuns hoje não estão apenas ancorados nos territórios originários e ancestrais. O giro decolonial, para se completar, exige que nos apropriemos dos bens comuns cibernéticos, que sejamos também lócus de inovação e criação dos mesmos, especialmente se quisermos superar o atoleiro extrativista onde afundaram os governos progressistas na América Latina e os colocaram em confronto com os setores populares.

A equação ecosol = autogestão obscurece a possibilidade de pensar a constituição da economia solidária fora da mesma, encolhendo o potencial econômico solidário, que acaba fadado a ser apenas um nicho pouco dinâmico, como é o caso da vertente popular da ecosol. Não se abrir ao horizonte mais que estratégico das novas sinergias solidárias e colaborativas do mundo virtual é autocondenar-se à impotência. Como inclusão social e inclusão digital estão indissociadas na atualidade, é vital imbricar e fazer convergir as redes da ecosol, as economias indígenas e matriciais do *buen vivir/ sumak kawsay*, com as profusas e avassaladoras redes colaborativas que irrompem a partir da realidade digital, pois todas compartilham e aspiram a um mundo solidário, rico e melhor. Se as certezas ideológicas forem despidas, se libertarmos o conceito de economia solidária de suas amarras, uma identificação comum, e um diálogo, poderão surgir entre estes dois grandes campos que incubam contemporaneamente uma outra economia. Tecer isso é a principal intenção desta investigação.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. (2014). A economia híbrida do século XXI. In: Costa; Agustini (org.). **De baixo para cima**. São Paulo: Aeroplano.
- AKERLOF, G.; Shiller, R. (2016). **Pescando tolos. A economia da manipulação e fraude**. Rio de Janeiro: Alta Books.
- AXELROD, R. (2006). **The evolution of cooperation**. Cambridge: Basic Books.
- BARBROOK, R (2009). **Futuros imaginários**. São Paulo: Peirópolis.
- BASTIDAS-DELGADO, O. (2015). Identidad cooperativa, fracaso gubernamental y falso cooperativismo. El caso venezolano. In: ELGUE, Mario C., comp. **La economía social del siglo XXI**. Buenos Aires: Corregidor. ____ (2015). Hacia una política de Estado para la economía social y las cooperativas venezolanas como ejes de un modelo de desarrollo basado en la cooperación. Disponível em: <<https://goo.gl/BrSBvW>>. Acesso em: 19 jun. 2017.
- BENKLER, Y (2009). **The wealth of networks**. New Haven; London: Yale University Press.
- BOUTANG, Y. (2011). “Wikipolítica e economia das abelhas”. In: MACIEL; ALBAGLI (orgs.). **Informação, conhecimento e poder**. Rio de Janeiro: Garamond.
- BOWLES, S. (2016). **The moral economy**. New Haven; London: Yale Un. Press.
- CARR, N. (2011). **A geração superficial. O que a internet está fazendo com os nossos cérebros**. Rio de Janeiro: Agir.
- CASTELLS, M. (2000). **A Sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 1.
- _____. (2013). **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (2015). **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CORAGGIO, J., org. (2016). **Economía social y solidaria en movimiento**. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento.
- DOWBOR, L. (2016). Articulações em rede na era do conhecimento. In: JUNQUEIRA; CORÁ, orgs. **Redes sociais e intersectorialidade**. SP: Tiki B.
- ESCOBAR, A. (2016). **Autonomía y diseño**. Popayán: Universidad de Cauca.
- FUKUYAMA, F. (1996). **Confiança**. Rio de Janeiro: Rocco.
- GANSKY, L. (2015). **Mesh. Porque o futuro dos negócios é compartilhar**. Rio de Janeiro: Alta Books.
- GORZ, A. (2005). **O imaterial**. São Paulo: Annablume.

- HAN, B. (2015). **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes.
- HARDT, M.; NEGRI, A. (2001). **Império**. São Paulo: Record.
- _____ (2016). **Bem estar comum**. São Paulo: Record.
- HIMANEN, P. (2001). **A ética dos hackers e o espírito da era da informação**. Rio de Janeiro: Campus.
- HOWE, J. (2009). **O Poder das Multidões**. Rio de Janeiro: Campus.
- INGLEHART, R. (1977). **The silent revolution: changing values and political styles**. Princeton: Princeton Univ. Press.
- KELLY, K. (1999). **Novas regras para uma nova economia**. Rio de Janeiro: Objetiva.
- KELLY, M. (2016). **Capitalismo alternativo e o futuro dos negócios**. São Paulo: Cultrix.
- LÉVY, P. (1996). **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34.
- LIPOVETSKY, G. (2007). **A felicidade paradoxal. Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo: Cia. das Letras.
- LISBOA, A. (2005). Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. In: **RAE**, v. 45, n. 3. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v45n3/v45n3a06.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2017.
- _____ (2014). De América a Abya Yala – semiótica da descolonização. In: **Revista Educação Pública**, v. 23, n. 53/2.
- LORDE, A. (1988). “Las herramientas del amo nunca desarmarán la casa del amo”. In: Moraga; Castillo (ed.). **Esta puente, mi espalda**. San Francisco: Ism Press.
- MASON, P. (2017). **Pós-capitalismo**. São Paulo: Cia. das Letras.
- MORIN, E. (2013). **A via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- OSTROM, E. (2003). **The commons in the new millennium**. Cambridge: MIT Press.
- PARENTE, A. (1993). “Os paradoxos da imagem-máquina”. In: Parente, org. **Imagem-máquina. A era das tecnologias do virtual**. Rio de Janeiro: Editora 34.
- PEBORGH, E. (2013). **Redes. O despertar da consciencia planetária**. São Paulo: DVS.
- PIKETTY, T. (2014). **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- PINTO, A. (2005). **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto (2 vol.).

- POLANYI, K. (1977). **The livelihood of man**. New York: Academic, 1977.
- PORTER, M.; KRAMER M. (2011). Creating shared value. In: **Harvard Business Review**, jan/fev. Disponível em: <<https://goo.gl/viV5VE>>. Acesso em: 19 jun. 2017.
- RIFIOTIS, T.; MÁXIMO, M.; LACERDA, J.; SEGATA, J., orgs. (2010). **Antropologia no ciberespaço**. Florianópolis: UFSC.
- RIFKIN, J. (2001). **A era do acesso**. São Paulo: Makron Books.
- _____ (2010). **La civilización empática**. Barcelona: Paidós.
- _____ (2015). **Sociedade Com Custo Marginal Zero**. São Paulo: M. Books.
- SCHOLZ, T. (2016). **Cooperativismo de plataforma**. São Paulo: Elefante.
- SEN, A. (2011). **A ideia de justiça**. São Paulo: Cia. das Letras.
- SENNETT, R. (2012). **Juntos**. São Paulo: Record.
- SHIRKY, C. (2011). **A cultura da participação**. Rio de Janeiro: Zahar.
- SHIVA, V. (2005). Biodiversidade, direitos de propriedade intelectual e globalização. In: SANTOS (org.). **Semear outras soluções**. Rio de Janeiro: C Brasil.
- SILVA, S. (2017). **Análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil**. Brasília: IPEA.
- SILVEIRA, S. A. (2012). Redes cibernéticas e a reconfiguração da biopolítica. In: COCCO; ALBAGLI (orgs.). **Revolução 2.0**. Rio de Janeiro: Garamond.
- SINGER, P. (2012). Os oito primeiros anos da SENAES. In: LIANZA; HENRIQUES (orgs.). **A economia solidária na América Latina**. Rio de Janeiro: UFRJ.
- SINGER, P.; SCHIOCHET, V. (2016). La construcción de la economía solidaria como alternativa al capitalismo. In: CORAGGIO, J., org. (2016). **Economía social y solidaria en movimiento**. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento.
- TAKAHASHI, T., ORG. (2000). **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia.
- TAPSCOTT, D.; WILLIAMS, A. (2007). **Wikinomics. Como a colaboração em massa pode mudar o seu negócio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- TODOROV, T. (2002). **Memória do mal, tentação do bem**. São Paulo: Arx.
- UNGER, R. (2010). **A reinvenção do livre-comércio**. Rio de Janeiro: FGV.

UTTING, P., ed. (2015). **Social and Solidarity Economy. Beyond the Fringe.** London: Zed Books.

YUNUS, M. (2008). Um mundo sem pobreza. **A empresa social e o futuro do capitalismo.** São Paulo: Ática.

VIRILIO, P. (1999). **A bomba informática.** São Paulo: Estação Liberdade.

Recebido em 19 de junho de 2017 e aceito em 21 de junho de 2017.